

# Um grande projeto entre o mar e as colinas: a renovação urbana da cidade italiana de Gênova

A major project between the sea and hills:  
urban renewal of the Italian city, Genoa

Clarissa M. R Gagliardi

## Resumo

A partir dos anos 1990, iniciou-se, no centro histórico da cidade italiana de Gênova, um conjunto de intervenções com o objetivo de enfrentar os problemas socioeconômicos que se abateram sobre a cidade e, particularmente, sobre sua área central, com a crise de desindustrialização dos anos 1970-80. Por meio da exposição de dois programas de requalificação urbana, denominados URBAN 2 e Contratto di Quartiere del Ghetto, o texto analisa as estratégias de intervenção em áreas centrais históricas e propõe relativizar o caráter exclusivamente mercantil que tende a envolver as práticas de renovação urbana contemporâneas.

**Palavras-chave:** programas de requalificação urbana; centros históricos; Itália; Gênova.

## Abstract

*As of the 1990s, a set of urban interventions began to take place in Genoa's historical center with the purpose of facing the social and economic problems that had hit the city, particularly the central area, as a result of the deindustrialization crisis of the 1970-1980s. Through presentation of two urban redesign programs, denominated URBAN 2 and Contratto di Quartiere del Ghetto, the article analyses the strategies of intervention in historical center areas, and brings into question the exclusively mercantile approach that tends to be involved in contemporary urban renewal practices.*

**Keywords:** urban redesign programs; historical centers; Genoa; Italy.

A variedade de termos que indicam operações de intervenção urbana envolve diferenças conceituais,<sup>1</sup> mas procura enfrentar problemas semelhantes. Bastante debatida entre estudiosos que analisam as transformações da cidade, a problemática envolvida em grandes projetos de renovação urbana está estreitamente relacionada às economias urbanas.

A passagem do regime de acumulação capitalista do sistema fordista para o sistema de acumulação flexível a partir dos anos 1970 refletiu uma articulação de intervenções urbanas menos preocupadas com o conjunto da cidade e mais parciais e fragmentadas, que deram lugar a algumas estratégias de intervenção urbana visando a recuperação de áreas que perderam vigor econômico (Harvey, 1994).

O avanço tecnológico das comunicações e dos transportes permitiu cada vez mais a desconcentração e o “descentramento” da cidade, além da diversificação das formas arquitetônicas que, da produção em massa, passou à personalização, exprimindo a variedade de estilos arquitetônicos. Para Harvey, essa maneira de transformar a cidade por meio da espetacularização de espaços tornou-se um meio de atrair capital e pessoas num período de competição entre cidades e empreendedorismo urbano, intensos a partir dos anos 1970 (ibid., p. 92)

Como parte desse processo de reestruturação produtiva, ocorre a ascensão das atividades financeiras, de um terciário avançado e reconhece-se o setor de turismo e lazer como parte importante das atividades culturais que passam a ter lugar nesse novo cenário urbano. O contexto no qual o tal fetichismo exercido pelas novas formas arquitetônicas apontado por Harvey representa a consolidação da importância dos bens simbólicos na economia

urbana e, na exploração dessa diversidade de preferências estéticas, produz-se um capital simbólico que assume valor econômico, escamoteando a base real das distinções econômicas (ibid.).

Para Arantes (2009), o planejamento chamado estratégico que tem originado inúmeros projetos de requalificação urbana pelo mundo resulta da hegemonia dos Estados Unidos, como efeito da globalização sobre as políticas de ocupação do território urbano. “Um modelo de urbanização que está muito mais próximo da gestão urbana empresarial de matriz americana que acabou se generalizando” (ibid., p. 20). Além disso, a cultura funcionária aí como elemento fundamental de “coalizão de classes e interesses”, concluindo que essa centralidade da cultura faz convergir a participação ativa das cidades nas redes globais por meio da competitividade econômica, obediência aos requisitos de uma empresa gerida para máxima eficiência e a prestação de serviços que dê a ideia de cidadania induzida pelas atividades culturais (ibid., p. 47).

Para Borja e Castells (1996), no entanto, um plano estratégico deveria ser a “definição de um projeto de cidade que unifica diagnósticos, concretiza atuações políticas públicas e privadas e estabelece um marco coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos”. Esse “Plano de Cidade” deveria representar uma grande oportunidade democrática, oferecendo respostas integradas aos problemas da sociedade e, ao mesmo tempo, permitindo reconstruir o sentido de cidade e do território (ibid., p. 162).

Ao analisar as limitações dos grandes projetos urbanos nos moldes do planejamento estratégico nos últimos anos, Campos Neto

e Somekh (2005) evidenciam o problema de considerar o grande capital financeiro ou imobiliário como agentes capazes de alavancar iniciativas de renovação das cidades, pois tendem a incorporar e reproduzir a lógica econômica dominante, além de financiar melhorias urbanas que acabam sendo usufruídas primordialmente pelos próprios “investidores” e seus clientes.

Em seu estudo sobre o caráter emblemático das novas formas urbanas representadas pelas cidades de Curitiba e Barcelona, Sánchez (2003) identifica que as estratégias de renovação urbana transformam de fato os espaços em mercadorias. Em sua análise, essas parcelas renovadas de cidade são fruto de novas formas de ação que criam espaços cada vez mais homogêneos mundialmente, moldados a partir de valores culturais e hábitos de consumo do espaço que se tornaram dominantes na escala mundial. Para a autora, essa seria uma tendência que homogeneiza a experiência urbana e esconde por detrás da modernização dos espaços renovados um obscurecimento das diferenças no espaço e no tempo sociais. Sánchez identifica os processos relativos à produção e ao consumo do espaço-mercadoria presentes também na cidade como um todo e verifica o auge dessas transformações a partir dos anos 1990. Nesse processo, as cidades sofrem transformações para que possam se inserir economicamente nos fluxos globais, sendo para isso renovadas em seu espaço e em sua imagem para serem vendidas. Uma estratégia recorrente para superar as crises, mas vinculada, porém, a uma série de escolhas políticas mascaradas pela receita de sucesso da combinação entre o planejamento estratégico e a venda das cidades (ibid., pp. 46-50).

De fato, Gottdiener (1993) já apontou que, nos Estados Unidos, o aumento das doações para projetos de reurbanização a partir dos anos 1960 baseava-se em explicações sobre a necessidade de aumentar o controle social nos guetos, bem como em reação à perda de mão de obra industrial que devastou os centros urbanos. Contudo, de um lado, o sucesso comercial de tais ações foi limitado e falho enquanto medida social para propiciar moradia às classes de baixa renda, de outro, os programas de renovação urbana contribuíram para o processo de remoção de vastas seções da cidade para a construção de torres de escritórios e apartamentos de luxo. Ou seja, uma reurbanização dos centros comerciais produzida de acordo com interesses particulares, com a articulação do setor imobiliário e do Estado.

Tendências semelhantes já foram bastante analisadas. A revitalização de áreas patrimoniais no centro da Cidade do México nos anos 2000 parece também representar uma forma de intervir na cidade sem um plano mais abrangente para a cidade e cujo efeito foi muito limitado em relação à magnitude do problema. De acordo com as análises feitas por Cobos e de la Tijera (2006), a revitalização do centro foi entregue sem objetivos, nem concursos, nem regras conhecidas a um dos empresários mais ricos do mundo, fazendo o governo do Distrito Federal assumir um duplo papel, moralmente conflituoso, de promotor capitalista da operação e de cabeça de um conselho consultivo inoperante e elitista em cuja composição não se incluía usuários, vizinhos ou moradores da área, vítimas do processo de expulsão gerada por toda a revitalização de caráter empresarial. Dentre a complexa trama de ações econômicas e sociais necessárias para revitalizar

e repopular o centro histórico, só foram adotadas as mais visíveis: embelezamento das ruas e praças, pintura das fachadas, desalojamento de vendedores ambulantes e incremento da segurança pública na parte mais visível, comercial e turística. Não se enfrentaram os problemas de fundo do patrimônio histórico-social (ibid., p. 169).

Ao discutir o problema dos centros históricos e sua recuperação a partir do caso do centro da cidade italiana de Bolonha, que se tornou emblemática da função social da ação de renovação, Cervellati e Scannavini (1973) sustentam que essa temática deve ser considerada partindo-se de uma análise crítica do sistema de desenvolvimento do país e afirmam que “não se pode definir uma política ‘de centro histórico’ autônoma e marginal à política econômica e territorial mais geral”. Além disso, para esses autores, a operação de renovação dos centros históricos deve ser realizada principalmente com a intervenção pública, destinando a área recuperada aos grupos sociais que já habitavam ali anteriormente ou àqueles que, em geral, são direcionados às periferias, atrelando-se a renovação do centro histórico ao direito das classes populares de nele habitar. Um programa simultaneamente urbanístico e social e realizado diretamente por todos os cidadãos (ibid., p. 125).

Porém, há que se considerar as mudanças no contexto urbano e político entre as intervenções de Bolonha nos anos 1960 e 70 e os dias atuais. Seria anacrônico adotar essa experiência como referência para políticas de requalificação urbana ante os problemas urbanos que nos são colocados hoje em escala global e específicos em cada contexto sócio-

-histórico. Mesmo para Bolonha, trata-se de um desafio para a atual administração lidar com a complexidade dos novos problemas urbanos presentes no seu centro histórico, como a imigração, a necessidade de ocupação dos jovens e a segurança, ao lado da substituição do Estado-empresário dos anos 1960-70, pelo *slogan* dos anos 1990 *meno stato più impresa*.<sup>2</sup> Contudo, a participação e o necessário atrelamento das preocupações urbanísticas às problemáticas sociais no planejamento são ainda reclamados.

Vários estudos sobre experiências semelhantes identificam o viés mercantil e reforçam as críticas sobre os projetos de renovação urbana que reproduzem a lógica econômica.<sup>3</sup> No entanto, em meio à aparente homogeneidade desses processos, um olhar mais cuidadoso para as especificidades de algumas cidades que vêm realizando projetos de requalificação pode revelar intenções que não se enquadram totalmente dentro do quadro unívoco de cidade renovada exclusivamente para o consumo e tentam recuperar as tais “formas alternativas ao funcionamento normal do mercado” (ibid.), preconizadas na Itália dos anos 1970.

Em função dos processos de metropolização e transformação dos centros urbanos nos últimos anos, verificou-se na Itália uma evasão da população dos grandes centros, sobretudo no norte do país, para cidades menores, que oferecessem moradia mais acessível e serviços eficientes. Gazzola (2003) concorda que esse processo de esvaziamento presente em uma série de centros urbanos e que ajudou a impulsionar projetos de requalificação tende a fazer com que se substitua o tipo de residente das classes menos abastadas para grupos

sociais capazes de pagar pelas melhorias realizadas na área. Essa *gentrification* decorre das características de intervenção nos padrões arquitetônicos, da inserção de serviços qualificados e da mudança dos padrões fundiários que muitas vezes determinam o aumento do preço dos imóveis. De acordo com seus estudos, esse fenômeno de enobrecimento com consequente substituição de população moradora e usuária dos serviços foi muito mais recorrente nas experiências norte-americanas do que nas europeias, onde as administrações locais tendem a sustentar a permanência das populações tradicionais dos bairros reabilitados. Como exemplos de ações que podem minimizar a *gentrification*, Gazzola cita o auxílio para o pagamento de aluguéis, os incentivos para reestruturação de imóveis para os próprios moradores e a isenção fiscal para que os proprietários sejam estimulados a participar do processo de requalificação (ibid., pp. 27-29).

Nesse cenário de ações de renovação urbana criticadas por seu viés enobrecedor e por se mostrarem incapazes de resolver os problemas de fundo das cidades, Gênova apresenta alternativas para reverter o quadro de esvaziamento de seu centro histórico que merecem algum destaque.

A exemplo de tantas outras cidades europeias, Gênova também lançou mão dos grandes eventos como oportunidades de mudança. As comemorações “Colombianas”, o encontro do G8 e Gênova Capital Europeia da Cultura<sup>4</sup> foram um marco não só na visibilidade da cidade no exterior como, e sobretudo, na arrematação de recursos que permitiram a dotação de uma série de infraestruturas

urbanas importantes, bem como o início da requalificação do centro histórico e do antigo porto.

Desde 1992, o centro histórico de Gênova recebeu cerca de 14 programas que visam a requalificação urbana da área. A maior parte das intervenções promoveu obras de urbanização primária e secundária, provisão de moradia – construção, recuperação e subvenção do Estado para facilitar o acesso aos imóveis – e de serviços públicos, mas também tiveram lugar iniciativas de geração de emprego e renda, inclusão de edificações históricas na lista do patrimônio mundial, restauro do patrimônio arquitetônico e valorização do sistema de museus da cidade. A requalificação do *waterfront* envolve a dotação da área do antigo porto de uma série de equipamentos turísticos, culturais e de lazer e possui uma escala diversa de intervenções, mostrando também alguns impactos sobre o centro histórico em função da proximidade das áreas e da nova comunicação estabelecida entre elas.

Em função do reduzido espaço deste texto para tratar da especificidade de todas essas iniciativas, buscou-se evidenciar a preocupação com o tratamento conjunto de aspectos urbanísticos e socioculturais a partir de duas experiências de intervenção específicas. Primeiramente, trato de algumas características do centro histórico genovês no período em que as iniciativas de renovação urbana começaram e destaque então, o Programa da Comunidade Europeia URBAN 2 e o Contratto de Quartiere, implementado com recursos do Ministério da Infraestrutura italiano, Região Ligúria e Prefeitura de Gênova.<sup>5</sup>

## Os Programas Urbanísticos URBAN 2 no Centro histórico e o Contratto di Quartiere no Bairro do Gueto

### O centro histórico de Gênova<sup>6</sup>

O centro histórico genovês estende-se por uma superfície de aproximadamente 113 hectares, avançando para a área portuária histórica, atualmente em vias de reconversão funcional para uso urbano. Essa zona é caracterizada por uma grande densidade edilícia, assentada sobre uma trama viária medieval, distribuída em cerca de 2.500 edifícios e uma população de aproximadamente 23.000 habitantes.

Entre finais do século XIX e início do XX verifica-se certo abandono da cidade medieval em direção a ocupações da “cidade nova”, para fora dos muros. Sobre essas escolhas de saída do centro medieval pesaram uma série de conceitos higienistas, o desenvolvimento da cidade industrial, a suplantação do porto histórico por outros mais modernos e novas preferências habitacionais dificilmente alcançáveis no centro histórico. Como resultado, a diminuição de investimentos na área central e mais antiga da cidade acabou levando a um abandono sucessivo de suas habitações, desestruturando seu tecido econômico e social.

O centro histórico passa a viver um progressivo processo de marginalização que passou a desencadear uma série de problemas de ordem social sempre mais graves e concentrados. A degradação do local com a consequente redução dos valores dos imóveis acabou

provocando uma ocupação local por migrantes pobres do sul do país, em direção ao norte mais promissor em termos de empregos na indústria. O crescimento urbano do pós-guerra e esta primeira onda migratória que adotou o centro histórico como seu primeiro espaço de acolhimento, já em condições bastante precárias de habitabilidade, favoreceram gradualmente a substituição do tecido social historicamente instalado, além de fenômenos de degradação física dos edifícios que se seguiram ao abandono e depauperamento da estrutura econômica, ligada principalmente à atividade comercial.

A proximidade desse centro com a zona portuária, distante por sua vez dos novos centros mais modernos, contribuiu para consagrar o centro histórico como espaço marginalizado. Nos anos 1980, a situação desse centro histórico é descrita como espaço da criminalidade, todavia, seus crimes ainda são de pequeno porte e suas diferenças sociais diziam respeito basicamente à diversidade étnica nacional, representada pelas diferenças entre dialetos e costumes dos italianos do sul e aqueles no norte.

Mas a radicação da criminalidade passou a ser crescente aí, sobretudo com a difusão das drogas e, mais recentemente, com o estabelecimento precário de numerosos imigrantes da segunda onda migratória. Os chamados “extracomunitários”, nos anos 1990, também vieram a adotar o centro histórico, especialmente suas áreas mais precárias, como primeira moradia em Gênova, o que agudizou a situação já delicada da região. Tais áreas, já desocupadas pelos meridionais<sup>7</sup> que melhoraram sua situação financeira e transferiram moradia, tornaram-se a única opção acessível a esses novos imigrantes, especialmente oriundos da África e América do Sul e,

particularmente, aqueles cuja situação os obriga a viver na ilegalidade, em imóveis com baixa qualidade habitacional e, muitas vezes, sob contratos abusivos de proprietários que veem nessa exploração uma fonte de renda.

Antigos moradores genoveses resistiam (e resistem) vivendo no centro, um misto de necessidade econômica e de relação afetiva que os impulsiona na luta pela manutenção desse espaço. Depoimentos colhidos<sup>8</sup> com a população idosa de alguns bairros do centro histórico genovês revelaram uma longa relação com o centro, um vínculo territorial que se quer manter, não obstante seja difícil sustentar a situação de precariedade. As relações com antigos vizinhos vão escasseando e a característica de passagem dos imigrantes dificulta a criação de laços sociais mais duradouros e necessários à reconstrução de uma vida de bairro.

Gênova é uma cidade com problemas de espaço por localizar-se entre o mar e as montanhas. Isso acarreta poucas condições para expansão e promove uma reconstrução sobre si mesma, muitas vezes aumentando em altura, mas deixando os planos inferiores sem luz, sem ventilação, sem condições de habitabilidade e favorecendo o isolamento de determinados bairros. Ademais, a cidade consolidou-se com grandes indústrias siderúrgicas e, portanto, com maiores dificuldades de reconversão de seus espaços, menos flexíveis em função dessa característica. É no enfrentamento dessa situação que Gênova vem contribuir com o debate sobre requalificação urbana.

Nos últimos anos da década de 1990 e início de 2000, enquanto alguns fenômenos de degradação se abateram sobre áreas ainda recentemente vitais, registra-se uma inversão parcial de tendência em algumas situações

locais em função de intervenções urbanas importantes. Pela peculiaridade de estar de frente ao porto histórico, pela especificidade física e o relativo potencial de transformação de algumas áreas, foi sendo introduzida a recuperação espontânea e difusa de alguns bairros centrais. A reconquista do porto antigo, em particular, introduziu um desvio do baricentro da cidade em sentido ao mar, que está progressivamente reconduzindo o núcleo antigo para a posição central.

À degradação e ao descarte do centro histórico se contrapõem características e valores positivos únicos e peculiares da área central, entre os quais um conjunto urbano notável, que esconde sob um aparente degrado valores arquitetônicos e habitacionais muito significativos com um forte potencial de atração turística; a posição central das atividades, dos serviços urbanos principais e do sistema de transporte; a convivência de funções e classes sociais diversificadas; a propensão para a facilidade de encontros e agregações sociais espontâneas, que são um traço forte da identidade do centro histórico; a preponderância de muitas zonas exclusivas para pedestres; serviços altamente qualificados, sobretudo em termos de atividades e estruturas culturais e sedes do sistema educacional universitário como museus e faculdades. Esses aspectos evidenciam a importância de garantir os investimentos para a recuperação e manutenção das características identitárias e das funções urbanas do centro histórico.

A região central genovesa possui um patrimônio habitacional muito antigo (segundo o dado censitário de 1991, 7.925 habitações em 9.638 foram construídas antes de 1919) e, em alguns casos, muito defasados: uma habitação

em cada nove não possui banheiro nem sistema de aquecimento. Se somadas a elevada densidade e as condições de degradação devido à idade do patrimônio e às suas características intrínsecas, as intervenções de manutenção voltadas à adequação aos padrões habitacionais contemporâneos tornam-se difíceis e onerosas.

São significativos também os dados relativos às habitações não ocupadas levantados no censo de 1991: trata-se de 12.372 habitações (em 1971 eram 12.911), das quais 2.734 vazias (22,1%), enquanto que na cidade essa média é de 9,3%. O alto número de habitações desocupadas é um indicador significativo do nível de degradação, além dos problemas sociais aí desencadeados.

Seus espaços públicos são quase inexistentes, pela característica urbana medieval muito densa e privada de locais coletivos (por exemplo, as praças representam apenas 4% da superfície); pelo mesmo motivo, é difícil instalar serviços públicos adequados aos padrões atuais nesse centro histórico. Contribui para o agravamento do problema da escassa qualidade ambiental, a insuficiência de infraestrutura de esgoto, iluminação e recolhimento de lixo.

Durante o período de exame do perfil demográfico do centro histórico realizado pela prefeitura de Gênova em 2004, evidencia-se um fenômeno: no interior dos limites históricos, a população pesquisada pela administração municipal permanece substancialmente estável por quase um século, ou seja, 55.503 unidades em 1861 para 51.809 em 1951. Ao contrário, nos quarenta anos sucessivos, a população cai a menos da metade, passando a 22.303 habitantes em 1991. Nos últimos dez anos, todavia, esse dado se estabiliza, aliás, apresenta-se em

leve aumento (23.216 habitantes em 2000),<sup>9</sup> enquanto que, no que tange à realidade geral genovesa, a tendência foi negativa (decréscimo de 6,84% com relação a 1991).<sup>10</sup> Parece, portanto, que o esvaziamento do centro histórico esteja contido, demonstrando-se algum tipo de estabilidade.

Os dados referentes a 2000 confirmam a acentuação do caráter demográfico anômalo do centro histórico com relação à realidade da cidade: cruzando os vários indicadores, tem-se uma população de idade jovem e de sexo masculino, tanto italiana quanto estrangeira. No que se refere aos residentes de nacionalidade italiana, trata-se de jovens, segundo análises da prefeitura, provavelmente em busca de uma primeira habitação a preços acessíveis e localizada próximo aos centros recreativos e culturais urbanos. Todavia, acentua-se a imigração estrangeira, com a predominância dos países do terceiro mundo (a predominância no centro histórico é de marroquinos e senegaleses), e que se concentra nas áreas mais degradadas, ocupando os alojamentos em situação de superpopulação.

Com relação às características socioeconômicas dos residentes, confirma-se a coexistência de desequilíbrios: do ponto de vista da escolarização, o centro histórico apresenta a maior incidência de diplomados por 100 habitantes (7.5% comparado a um índice médio de 6.3) e, ao mesmo tempo, o percentual mais alto de pessoas sem título de estudo (12.6% contra 7.6%).

A alta incidência de diplomados indica como algumas áreas do bairro gozam de condições ambientais favoráveis e apreciadas pela faixa culturalmente elevada da população urbana. O alto percentual de solteiros requer



uma atenção particular em busca de lugares e momentos de agregação social, também valorizando uma vocação natural do centro histórico às trocas sociais, ligada à alta densidade edilícia e da grande quantidade de áreas exclusivas para pedestres.

No que se refere à situação sócio-ocupacional, o centro histórico registra uma incidência de ocupados maior do que a média da cidade (taxa de atividade de 46,5% com relação a 39,9%), mas ao mesmo tempo é maior a incidência de pessoas não ocupadas – desocupados e jovens em busca do primeiro emprego – (24,1% contra a média de 14,6% da cidade).

Sobre os aspectos econômicos, especialmente, a presença de uma densa e imbricada atividade econômica composta de pequenas e médias empresas comerciais e artesanais é característica histórica da economia do centro. No passado, tal atividade produtiva ocupava todas as principais vias do centro histórico, constituindo importante fator ocupacional e representando por si só um fator de mitigação com relação aos fenômenos da microcriminalidade. A evolução do conjunto da economia da cidade e as transformações estruturais do setor comercial têm corroído essa característica: a rede distributiva de varejo passou de 1.597 unidades em 1991 para 1.417 em 1999, com uma queda de 11,3%.<sup>11</sup>

Entre os fatores críticos está também o progressivo fechamento de pequenas atividades artesanais e comerciais de longa tradição, devido ao fato de que os atuais funcionários e proprietários, já idosos, não têm identificado jovens para quem transferir a atividade. O enfraquecimento dessa estrutura também é evidenciado por meio do dado relativo ao número

de estabelecimentos comerciais/artesanais localizados no andar térreo dos edifícios que acabam inutilizados: sobre um total de cerca de 7.500 estabelecimentos, cerca de 1.500 (20%) encontram-se. Muitos outros, além disso, são subutilizados ou utilizados para outros fins (por exemplo como garagem, depósito de material de construção, ocupados como residência por imigrantes clandestinos ou espaço de prostituição).

## O programa URBAN

O programa URBAN é uma iniciativa comunitária<sup>12</sup> financiada com recursos do Fundo Estrutural da União Europeia. Os objetivos dos fundos estruturais para o período de 2000 e 2006 foram o desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas, a reconversão econômica e social de zonas com problemas estruturais e a criação de postos de trabalho.

Em sua primeira fase, realizada de 1994 a 1999, o URBAN 1 visou projetos de recuperação de infraestrutura, criação de postos de trabalho, combate à marginalização social e requalificação ambiental. Na segunda etapa, de 2000 a 2006, o URBAN 2 focou projetos de revitalização econômica e social e a constituição de uma rede de cidades para a troca de experiências.

O URBAN 2 abarcou 70 zonas desfavorecidas em toda a União Europeia, cujo financiamento total atingiu 730 milhões de euros e envolveu 2 milhões de pessoas.<sup>13</sup> Dentre as várias cidades italianas que foram contempladas com os recursos do Programa URBAN, Gênova foi a única a beneficiar-se das duas fases. Durante o URBAN 1, Gênova privilegiou 2

distritos industriais em declínio: Cornigliano e Sestri; no URBAN 2, a área escolhida foi o centro histórico.

O programa no centro histórico de Gênova foi aprovado em decisão da Comissão Europeia em novembro de 2001, com um financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FESR – de cerca de 30 milhões de euros para sustentar estratégias de requalificação urbana que preveem a integração de intervenções de natureza física, socioeconômica e cultural. São ações de melhoria da qualidade de vida no bairro com a realização de espaços para serviços públicos, a valorização do patrimônio histórico e artístico, a melhoria da situação econômica e a sustentação das classes sociais mais frágeis.

O programa financia intervenções em quatro eixos prioritários, com atenção particular aos três primeiros:

*Eixo 1 – Valorização e requalificação urbana:* voltado para a melhoria da qualidade de vida por meio da realização de espaços públicos e valorização do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico. Com os recursos destinados a obras nesse eixo, foram realizadas ações de reforma, pavimentação, tratamento das instalações subterrâneas e melhoria de espaços como praças, mercados, ruas e avenidas da região central, além da recuperação de um edifício histórico na zona da beira-mar e a instalação aí de um museu do mar e da navegação.

*Eixo 2 – Revitalização socioeconômica e cultural:* voltado para a melhoria da situação econômica, das condições de moradia e da segurança dos espaços públicos, junto à sustentação de faixas sociais mais frágeis. Os recursos destinados a esse eixo permitiram realizar uma série de ações para aumentar a segurança

da região central, como sistemas de vigilância com câmeras, fechamento de bicos sem uso, instalação de espaços para coleta de seringas de usuários de drogas injetáveis, além da construção de banheiros públicos e da aquisição de imóveis para a instalação de serviços públicos como creches, moradias populares, um ambulatório e um *Drop in*.<sup>14</sup> Em termos de ações que favorecessem a agregação social, foi realizado o reconhecimento de competências profissionais para imigrantes, a construção de centros de prestação de serviços sociais e centros socioeducativos com disponibilização de serviços como lavanderias, banhos públicos e atividades recreativas.

Como ajuda à recomposição das atividades econômicas, foram destinados recursos para o financiamento de empresas, auxílio através de incubadoras e concessões para estabelecimentos comerciais em setores do centro, auxiliando na criação de postos de trabalho. Os recursos também foram destinados à recuperação de um edifício histórico em parceria com a Universidade de Gênova para a instalação de um *campus*.

*Eixo 3 – Ambiente e mobilidade:* investe no transporte alternativo, na melhor conexão entre os bairros e na melhor gestão dos resíduos. Entre as obras realizadas com esses objetivos está a experimentação de pontos equipados para a coleta seletiva de lixo sólido urbano, a reativação de transportes alternativos como elevadores e funiculares, pavimentação com calçamento tradicional e o tratamento das canalizações subterrâneas de alguns percursos históricos.

*Eixo 4 – Assistência técnica, informação e divulgação:* esse eixo, com a menor parte dos recursos, promoveu uma campanha de

comunicação para a publicização dos projetos realizados, difundindo as problemáticas destacadas e os resultados obtidos com o Programa.

Para a realização do Programa, somaram-se também recursos do estado italiano, da Região Ligúria, do município e de outros sujeitos privados locais. A característica mais inovadora do URBAN 2 em relação a outras políticas e aos outros instrumentos existentes em vários níveis reside no fato de ser um programa integrado e essa integração consiste na superação da perspectiva setorial tradicionalmente praticada nos vários instrumentos de programação das administrações locais. Considera-se um todo composto de numerosos aspectos: o desenvolvimento econômico, a atenção às problemáticas socioambientais, a mobilidade sustentável e as temáticas culturais. O âmbito territorial vem considerado unitariamente e não compondo a programação de setores específicos.

Sua integração também diz respeito à forma de atuação, já que diversos níveis administrativos contribuem para a definição da programação e para sua execução: Comunidade Europeia, Estado, Região, Município. Além disso, pelo fato de definir escalas reduzidas de intervenção, persegue-se o elemento participativo, seja na relação com as organizações da sociedade civil, como também na relação com os cidadãos individualmente.

Dessa forma, cada uma das ações propostas corresponde diretamente a um objetivo, promovendo também sinergias no conjunto das soluções adotadas. A estratégia visa impactos imediatos, mas objetiva, sobretudo, produzir efeitos de continuidade e manutenção no tempo por meio de uma estratégia integrada. Essa estratégia fundamenta-se sobre uma conquista progressiva do âmbito em questão,

operando em uma escala reduzida, no nível do bairro ou de um quarteirão e mediante uma programação voltada às suas características específicas e exigências particulares.

## O Bairro do "Ghetto"

O bairro encontra-se diretamente envolvido na área das operações de reconversão funcional e de recuperação urbana, no entanto, ressentem-se das transformações ocorridas no seu entorno, já que não produziram efeitos positivos no seu interior.

O Gueto caracteriza-se por um conjunto edilício muito denso, acessível por meio de estreitíssimas passagens, quase como um labirinto, e com edificações de pequenas dimensões caracterizadas por habitações populares controladas inicialmente pela igreja. Durante os séculos XIV e XV, ocorre uma ampliação do perímetro murado no século XII, que inclui novas áreas, entre as quais o Gueto. Entretanto, a vida segue dentro do antigo muro e essas "novas áreas" conservarão uma conotação marginal, com valor imobiliário baixo e presença de classes pobres e será também o primeiro gueto hebraico, que dá nome ao bairro. Entre os séculos XV e XVI, ocorre um vasto processo de renovação arquitetônica, mas enquanto os eixos principais do centro histórico se transformam, no interior dos bairros, como acontece no Gueto, a estrutura urbana permanece inalterada, sofrendo, porém, elevação dos edifícios. A escassez de renovação e manutenção somadas ao fenômeno de elevação das construções dá lugar a uma área densa e estratificada, com problemas de iluminação e umidade, intensamente habitada por classes pobres e em péssimas condições de moradia.

Segundo dados de 2000 da prefeitura de Gênova, a população do Gueto estaria em torno de 1.163 habitantes, com faixa etária entre 35 e 49 anos, enquanto a média da cidade é de 58 anos. A média de residentes estrangeiros (considerando apenas aqueles em situação regular) é de 41,26%, enquanto na cidade essa média é de 26,6% e a renda média anual estimada dessa população é de 7.000 euros, ao passo que a média na província é de 14.000. O percentual de pessoas assistidas por algum tipo de serviço social na cidade é de 32,55 a cada mil pessoas, enquanto no Gueto essa taxa sobe para 238,97, e entre os residentes regulares, o percentual de desocupação é de 14,96%, já na cidade é de 5,83%. Ou seja, todos os indicadores demonstram que se trata de um bairro com situações precárias, tanto em termos materiais quanto sociais, quando comparado às médias da cidade.

## O Contratto di Quartiere

O Contrato do Bairro do Gueto chama a atenção pela preocupação com os aspectos socio-culturais internos do bairro, bem como com a mudança no quadro de degradação atual a partir de uma estratégia específica para a área e para além de intervenções de caráter físico.

Esse tipo de programa é financiado pelo Ministério da Infraestrutura e pela Região e consiste em projetos de recuperação urbana (edifício e social), promovidos pela prefeitura em bairros marcados pela deterioração das construções, do ambiente urbano, pela carência de serviços e por um contexto de escassa coesão social e problemas habitacionais. No que tange à dimensão arquitetônica e urbanística,

esses programas devem renovar o caráter edilício, aumentar os serviços do bairro e melhorar a qualidade das moradias locais. O instrumento estimula as intervenções subvencionadas para habitações e obras de urbanização e a busca de outros financiamentos públicos e privados para ações de caráter social. Seu diferencial está na tentativa de envolver diretamente os habitantes do bairro na elaboração dos projetos.

Tratando-se de uma área onde nem sempre os dados estatísticos conferem exatamente com a realidade, a equipe responsável pelo programa desenvolveu um percurso participativo para colher informações e identificar possíveis parceiros, traçando assim um diagnóstico mais condizente com a situação do bairro, bem como identificando situações que indicassem possíveis focos de ações dos projetos a serem desenhados no interior do *Contratto*.

Por meio de reuniões feitas com representantes de associações atuantes no bairro, de etnias que habitam o Gueto e outros moradores, entrevistas com informantes privilegiados e trabalhos de campo, a prefeitura diagnosticou as principais fontes de reclamações, tais como: as dificuldades de sobrevivência dos imigrantes clandestinos, a sensação difusa de insegurança, doenças relacionadas às péssimas condições de moradia e à superlotação dos imóveis, tráfico e consumo de drogas e os conflitos culturais em função da diversidade de etnias presentes no bairro.

A equipe também consultou os estudantes que gravitam no bairro sobre o uso dos espaços públicos e o grupo apontou a insuficiência de locais para encontros, para atividades socioculturais, para estudo e para almoço, além de terem sugerido a inserção de usos ligados às atividades culturais no bairro, o que melhoraria

a segurança sem a necessidade de controle e vigilância.

Os encontros foram realizados basicamente durante o ano de 2004 e, a partir da análise dos dados colhidos e das propostas encaminhadas pelos participantes durante os encontros, a equipe responsável pelo programa, com o auxílio de assistentes sociais que conheciam aspectos culturais dos grupos étnicos presentes no Gueto, traçou a destinação de uso de alguns imóveis de propriedade pública e consubstanciou as demandas emanadas do território estudado em um conjunto de projetos denominado então, *Contratto di Quartiere del Ghetto* e expostos a seguir:

*Residência Social Especial "Casa da Jovem"* – trata-se da adequação de um edifício atualmente sem uso, em uma residência especial para mulheres jovens em busca de empregos, além do atendimento às idosas, a ser realizada com financiamento público. Enquanto alguns andares do edifício serão designados para alojamentos, outros receberão auditório, refeitório e escritórios. A obra também conta com capital privado e será submetida à gestão da Arquidiocese de Gênova, a quem pertence o imóvel.

*Projeto Operacional Urbano* – o projeto prevê um conjunto de obras, tanto de iniciativa pública quanto privada, basicamente focadas na recuperação de um quarteirão ainda com resquícios de destruição provocada por bombardeios da segunda guerra mundial.

*Requalificação do patrimônio edificado já existente* – consiste em um programa de requalificação de áreas sociais de edifícios privados e/ou de recuperação de unidades habitacionais em edifícios localizados no âmbito da intervenção, financiados com investimento

privado com contribuição pública de até 30% do custo da obra de recuperação do interior dos apartamentos.

*Finalização da recuperação das vias públicas do bairro* – melhoria de todas as vias de circulação da área e recuperação de praças, monumentos históricos e pontos turísticos do bairro para a permanência de moradores e visitantes, com bancos e espaços verdes.

*Projeto de instalação de uma escola primária e de estruturas de uso social* – instalação de uma escola e de unidades habitacionais de pequeno porte em um edifício público (adquirido com recursos do Programa URBAN 2), a partir de financiamento público.

A *"Casa do Bairro"* – um espaço polivalente de participação, aberto a todos os habitantes do Gueto para atividades de tipo socio-cultural. A ação responde a uma necessidade do bairro de criar um sentido de pertencimento entre as pessoas e o espaço em que vivem. A Casa foi pensada como o centro de um conjunto de trabalhos em rede em prol do bairro. Um espaço que, espera-se, sirva de abertura para dentro e para fora do bairro, dada a péssima conotação do Gueto noutros bairros da cidade. A ideia é de um espaço que crie sinergias necessárias para atingir o objetivo geral de reconstruir progressivamente uma identidade para o bairro, que se mostra extremamente complexa e diversa, sobretudo no que tange à diversidade étnica e geracional. As atividades socioculturais a serem desenvolvidas na Casa buscam o envolvimento ativo do habitante na busca do atendimento de direitos e necessidades das pessoas e na resolução de problemas comuns ali presentes. Busca-se construir novas sociabilidades e solidariedades. Trata-se de uma experiência nova, já que se fala em

requalificar o bairro por meio da criação de uma comunidade local.

As funções pensadas para esse espaço inicialmente abrangem atividades de animação cultural, semanas temáticas, debates interculturais; TV comunitária e criação de um jornal local, organização de biblioteca, hemeroteca e videoteca; atividades educativas e de sustentação para adolescentes e adultos, como alfabetização e cursos de língua; orientação geral sobre serviços do bairro e guichê GLBT,<sup>15</sup> com o fornecimento de informações acerca de aspectos legais, psicológicos, culturais, médico-sanitário, recreativos e formativos para este público específico. No que tange à modalidade de gestão desse espaço, busca-se uma comissão mista envolvendo associações da sociedade civil organizada com trabalhos aderentes às problemáticas locais e com diálogos permanentes com a administração pública.

*Cidadania ativa para projetos e gestão dos espaços públicos* – ações que se desenvolvem junto à “Casa do Bairro” para pensar conjuntamente a utilização dos espaços públicos comuns do bairro. A organização da população em torno das decisões sobre espaços públicos já foi experimentada em outros locais da cidade, mas a inovação aqui se refere a um âmbito de ações que vá além das decisões sobre usos do espaço público e envolva a realização de ações sociais gerais para o bairro. As ações previstas visam conhecer o território do Gueto, construir identidades, trabalhar conceitos que ajudem nas ações em grupo e operacionalizar ações.

*Uma empresa social* – laboratório de apoio à instalação de atividades empresariais com a inserção da mão de obra de moradores em condições precárias. As modalidades de

ações previstas para esse espaço são, inicialmente, um ponto de alimentação; uma lavanderia; um laboratório de marcenaria para a elaboração de materiais a serem usados nos diversos processos de restauração e reformas em curso no centro histórico; serviços de fotocopiadora e outros suportes para estudantes usuários das estruturas universitárias das proximidades; laboratório de recuperação, reformas e comercialização de mobiliário e objetos de valor artístico e histórico; laboratório de produção e/ou venda de produtos de trabalhos artísticos e tradicionais em geral; laboratório intergeracional dedicado aos jovens em dificuldade, inclusive imigrantes, voltado ao aprendizado de trabalhos artesanais e de restauro e tapeçaria. Por meio de concursos espera-se identificar profissionais para atuarem nas diversas especialidades.

*Ambulatório sanitário polivalente e drop-in* – (cofinanciado pelo Programa URBAN 2) serviços de medicina geral e de especialidades médicas. A ação pretende atender as faixas mais frágeis que vivem ou circulam no Gueto e que têm dificuldades para encontrar atendimento de determinadas especialidades médicas. No que tange às atividades de enfermagem, será possível agendar atendimentos em domicílio, particularmente aos idosos residentes no bairro. Também estão previstos programas de educação sanitária que poderão ser idealizados com o apoio da “Casa do Bairro”. O ambulatório prevê também a presença de profissionais com formação na área da psicologia para atuar na sustentação de pessoas provenientes de outros contextos culturais, de faixas etárias variadas, além de trabalhos de prevenção para grupos de risco. Para a eficácia das funções do ambulatório está prevista a figura de um

mediador cultural que facilite as relações entre as diversas etnias presentes no bairro e os serviços.

*O bairro dos artistas* – alojamentos para artistas para favorecer um uso dos espaços públicos do bairro com atividades culturais inovadoras e de qualidade. Visa também a abertura do bairro para a cidade por meio de uma imagem positiva no setor da produção cultural e estimular futuras atividades que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e ocupacional no bairro. Essa iniciativa tem um caráter experimental e pode também ser espaço para residência de estudantes, para hospedar professores visitantes e agregar atividades de formação, exposições, etc. Os alojamentos que estão sendo recuperados para essa finalidade serão simples, econômicos e alugados por períodos predeterminados em troca da prestação de serviços por parte dos artistas selecionados por meio de concursos públicos.

Alinhadas aos propósitos do *Contratto di Quartiere*, algumas ações em curso no bairro de Prè, vizinho ao Gueto e parte do mesmo distrito, merecem também ser destacadas aqui. Trata-se de intervenções experimentais aprovadas em 1986 e que depois de uma longa fase de sofrimento e desgaste, foram retomadas em 1999 e praticamente concluídas. São parte de um programa financiado pelo Ministério de Trabalhos Públicos e pela Prefeitura para a completa reestruturação da área do bairro de Prè, com a recuperação de cerca de 150 unidades habitacionais e 45 estabelecimentos para uso comercial ou de armazéns.

Foram estabelecidos os critérios de acesso às residências, decidindo-se recolocar as 18 famílias residentes anteriormente, disponibilizar 25% dos alojamentos para

núcleos familiares pertencentes a funcionários dos serviços de segurança locais, de reservar outros 40 alojamentos, sem barreiras arquitetônicas, para núcleos de idosos já residentes no centro histórico em condições problemáticas, reservar 13 alojamentos para estudantes, enquanto o restante será colocado à disposição segundo concursos já determinados pela comissão responsável pelo programa.

Por fim, estão em curso, também, intervenções para a potencialização do papel urbano da estação ferroviária Príncipe, muito próxima de Prè e do Gueto, e a melhoria de suas conexões com a área portuária requalificada para uso urbano, visando atrair novos usuários, cujo efeito contribui para aumentar a frequência nos becos e para a revitalização o tecido econômico, melhorando sua fruição e segurança.

## Considerações

Segundo um artigo publicado na revista italiana *Urbanistica*, em 2005 (Gabrielli e Bobbio, 2005), se encontra-se em Gênova uma cidade renovada, muito se deve à massa de financiamentos obtidos. De fato, a eficiência dos editais que disponibilizaram recursos para projetos de requalificação urbana, provenientes da Comunidade Europeia, do Estado italiano, da Região Liguria e também locais, foram fundamentais para Gênova promover mudanças significativas no centro histórico. Alia-se a isso a colaboração entre os entes envolvidos e a manutenção da equipe de profissionais que atuou nesse setor da cidade nos últimos anos.

Observando o conjunto de projetos contemplados pelos programas apresentados

aqui, percebem-se algumas escolhas do poder público que permitem relativizar as críticas que recaem sobre grande parte dos programas de requalificação urbana. O privilegiamento do pedestre em lugar do transporte individual; a recuperação de uma série de edifícios históricos tendo como base minuciosos estudos históricos e urbanísticos realizados durante um longo período que antecedeu as intervenções; o envolvimento da população, dos comerciantes e empreendedores em um movimento conjunto de reconstrução da vida econômica e social perdida com o tempo de abandono da área; os programas de habitação popular, buscando garantir a presença de moradores de diversas classes sociais e minimizando processos de *gentrification* tão característicos de áreas urbanas centrais requalificadas e quase que exclusivamente pensadas para uso turístico; a despeito do recente recrudescimento no tratamento dos imigrantes na Europa, destacam-se as ações de construção de comunidades envolvendo grupos étnicos, bem como atividades visando sua inserção no mercado de trabalho e na vida cultural da cidade; ainda que fonte de polêmicas, também foi importante a destinação da zona portuária como área de lazer, com grandes passeios, bancos, boa pavimentação de calçadas, passagens para pedestres e ligação da área portuária diretamente com ruas da área central, contribuindo para que o centro histórico ocupasse o segundo lugar entre os atrativos mais visitados da cidade, sem transformar esse espaço em um cenário fictício para agradar apenas aos olhos dos visitantes.

É certo que a cidade ainda enfrenta problemas, que em algumas áreas houve de fato valorização imobiliária e pressão sobre

moradores e que muitos dos projetos vêm sendo contestados por pesquisadores e pela opinião pública no sentido de cobrar resultados ainda não plenamente atingidos de revitalização de outras. Contudo, muitos resultados começam a ser monitorados e avaliados, sem a distância temporal necessária para verificar a perenidade das mudanças. Cabe ressaltar que o viés das atuações no centro histórico genovês revela escolhas políticas que se diferenciam do pacto de empresariamento urbano denunciado por muitos estudiosos que têm se debruçado sobre planos estratégicos e tentativas de renovação de diferentes cidades pelo mundo.

Problemas críticos exigiram esforços concentrados e especialmente articulados. Parece ser fundamental neste caso o fato de o poder público ter relacionado programas que ao mesmo tempo atuam na área urbana, na geração de emprego e renda, na educação, na moradia, além dos programas sociais, especialmente voltados aos idosos e aos imigrantes.

Em comparação com as intervenções promovidas na zona do antigo porto, onde houve a instalação de uma série de equipamentos culturais voltados ao lazer e ao turismo e com o apelo do fetiche arquitetônico, as ações no interior do centro histórico parecem ter um caráter diferenciado no que diz respeito ao tipo de mudança pretendida e à escala das intervenções. Os pequenos estabelecimentos comerciais que pouco a pouco vão se reapropriando do centro, a inserção dos estudantes como grupo social capaz de gerar uma série de serviços e sociabilidade nas ruas do centro, movimentar os bares, habitar no centro e ser tolerante às diversidades locais são alternativas ao esvaziamento e à privatização do espaço público.



O investimento da Comunidade Europeia no programa URBAN 2 e, sobretudo, a feição que a administração local lhe deu, apresenta um escopo diferenciado de requalificação urbana se comparado, por exemplo, a alguns planos estratégicos financiados pelo BID em cidades latino-americanas,<sup>16</sup> onde a preocupação com a sustentabilidade dos investimentos é mais econômica, apoiada no turismo internacional e na valorização imobiliária visando retorno financeiro. Considerando a complexidade do conceito de sustentabilidade, que supera muito a dimensão econômica e envolve aspectos de ordem ambiental, social, cultural e política, a questão da preservação do patrimônio deveria inserir-se em um rol de ações que dessem conta da diversidade de problemas geradores da sua depreciação.

Pautar a requalificação de áreas históricas apenas necessariamente em um retorno financeiro tende a recair na valorização fundiária, o que se torna conflitante com políticas de manutenção de populações residentes, sobretudo tratando-se daqueles grupos aos quais é inacessível a propriedade valorizada. Comprometer-se exclusivamente com o retorno financeiro leva a escolhas que privilegiam o potencial econômico muito mais do que a valorização do patrimônio baseada no seu significado simbólico ou na resolução de problemas sociais.

No que diz respeito a intervenções de escala monumental e espetaculares do ponto de vista arquitetônico, como alguns exemplos presentes no próprio *waterfront* de Gênova, a ressalva que se faz é de que podem até se mostrar positivas num primeiro momento, promovendo um aumento súbito de visitantes ou a reabertura de estabelecimentos comerciais,

mas podem ser efêmeras se problemas urbanos mais complexos não forem resolvidos e reaparecerem desvalorizando novamente a área.<sup>17</sup> A conversão do antigo porto, ainda que contribua para renovar sua imagem e reposicionar Gênova no cenário internacional, incorporando o perfil da cidade como "ator político" (Borja e Castells, 1996), não suplantou outros planos que encaram mais amplamente seus problemas.

Nas experiências observadas, a busca pela sustentabilidade parece estar muito mais voltada para a inclusão social e o enfrentamento dos problemas que colocam em risco a manutenção da cidade. O pequeno comércio, a garantia da moradia a antigas famílias do centro, idosos e estudantes e o *drop-in*, demonstram a preocupação com a população e seus problemas básicos em primeiro plano, e é importante frisar que a qualidade urbana também gera turismo e valorização da cidade.

O *Contratto di Quartiere* merece ainda ser monitorado e ter seus resultados avaliados, mas também demonstra preocupações com a inclusão de grupos sociais cujo direito à cidade não passa pelo poder de consumo, mas pelo reconhecimento de competências e pela construção de espaços dignos de trabalho e moradia.

A atuação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, por meio da iniciativa URBAN, ao lado de experiências como o *Contratto di Quartiere do Gueto*, enfatizam a regeneração urbana propondo soluções para os diversos problemas relacionados à decadência econômica, ao esvaziamento populacional, ao comprometimento ambiental e à exclusão social, integrando setores como meio ambiente, habitação, saneamento, cultura. Esse caráter integrado, multissetorial e complementar das propostas, além de demonstrar maior

capacidade para enfrentar as questões em sua complexidade, pode também gerar efeitos positivos para além do centro histórico. Nos casos de requalificação urbana que são mais suscetíveis a críticas, adotam-se enfoques pontuais, cuja preocupação é, sobretudo, com a competitividade e a afinação com as demandas do mercado, demonstrando-se insuficientes para promover um espaço urbano democrático e resolver problemas de fundo das áreas desprestigiadas.

Gênova, assim como tantas outras cidades, retoma o contato e a relação com o mar somente nos anos 1990 e, segundo o historiador Ennio Poleggi,<sup>18</sup> o faz somente como um fetiche. Para Poleggi, a real relação da cidade com o mar não foi retomada com o projeto de Renzo Piano, que não teve a preservação dos aspectos históricos como pressuposto. Além disso, o historiador critica o fato de as atrações instaladas no antigo cotonifício, prédio do porto antigo que abriga uma série de atividades de entretenimento, serem todas pagas, portanto, não são acessíveis a toda a população do centro histórico.

São também discutíveis do ponto de vista da reapropriação democrática dos espaços renovados de Gênova, o controle das câmeras e da vigilância de ruas estigmatizadas pela cultura do medo, difundida entre os becos da cidade. A presença do *drop-in* também tem gerado algum desconforto para os moradores do Gueto, contrários à presença de uma estrutura que se imagina, possa atrair os dependentes

químicos em lugar de tratá-los ou afastá-los, como gostaria grande parte da população.

Além desses problemas, o tempo para o poder público concretizar algumas mudanças muitas vezes desencanta a população e corre-se o risco de perder o estímulo gerado em torno das iniciativas durante o processo e desagregar os grupos. No caso do bairro do Gueto, por exemplo, o equacionamento dessa questão é importante, já o trânsito constante de imigrantes imprimiu ali uma característica de passagem, onde ninguém se identifica ou se assume como morador.

Por fim, não deixa de ser importante notar a proximidade espacial entre ações que podem ser analisadas do ponto de vista de seu alinhamento com as estratégias que usam a cultura, o lazer, o turismo e o apelo das formas arquitetônicas para a inserção no "mercado das cidades", com aquelas pensadas na escala do quarteirão, na garantia da moradia e na oportunidade de trabalho, renda e vivência cultural.

A discussão acerca da ambivalência de algumas iniciativas e a relativização do sucesso dos programas são necessárias, contudo, as ressalvas não eliminam o mérito de as experiências aqui apresentadas buscarem o enfrentamento dos problemas e, dada essa coexistência de ações contrastantes em suas formas e objetivos, parece necessário olhar de perto e de maneira particular cada caso, embora muitos grandes projetos se assemelhem a partir de um olhar distante.

### **Clarissa M. R. Gagliardi**

Turismóloga, Master em Valorização e Gestão de Centros Históricos pela Universidade La Sapienza de Roma, Mestre e Doutora em Sociologia e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.

cmrgagliardi@yahoo.com.br

## Notas

- (1) Sobre a especificidade de termos relacionados a esses processos, ver Peixoto, 2009.
- (2) La Conservazione e la Tutela del Patrimonio Storico cel Centro: bilancio del passato e considerazioni per il futuro. Disponível em [http://psc.comune.bologna.it/qc\\_cd/volume4/Vol4\\_conservazione\\_e\\_tutela\\_patrimonio\\_storico.pdf](http://psc.comune.bologna.it/qc_cd/volume4/Vol4_conservazione_e_tutela_patrimonio_storico.pdf), site consultado em 1/7/2010.
- (3) Ver os estudos de Gondim (2007) sobre a construção do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura de Fortaleza, de Leite (2004) sobre as intervenções urbanas que enobreceram o Bairro do Recife nos anos de 1990 e de Wipfli (2001) sobre as intervenções urbanas na cidade de Salvador, também nos anos 1990.
- (4) Em junho de 1984, o arquiteto Renzo Piano apresenta à Câmara municipal um primeiro projeto para a comemoração do V centenário da descoberta da América por Colombo, propondo religar porto e centro histórico. Em 1985, o arquiteto fica encarregado de apresentar um projeto pormenorizado, que se dá a um escritório internacional de exposições em visita a Gênova em 1986. Nesse mesmo ano define-se uma exposição internacional em Gênova para 1992, quando são apresentadas as primeiras intervenções como o Bigo, a Praça das Festas e o edifício do cotonifício, convertido para espaço de lazer e cultura. O encontro do G8 acontece em Gênova de 20 a 22 de julho de 2001. Para esse evento, a cidade recebeu financiamentos que permitiram recuperar uma série de edificações e vias, sobretudo aquelas que dariam melhor visibilidade a locais históricos de Gênova e que também pudessem potencializar intervenções já em curso na zona portuária e no centro histórico. Em maio de 1998, os governos da União Europeia designaram Gênova, juntamente com Lille, na França, Capital Europeia da Cultura para 2004. Com Gênova, foi a terceira vez que uma cidade italiana obteve o título de capital cultural, depois de Florença, em 1986, e Bolonha, em 2000. Entre os vários planos que envolvem requalificação urbana e que configuram instrumentos operacionais do Plano da Cidade, também chamado Plano Estratégico a partir de 2001 (Gazzola, 2003, p. 132), o conjunto de intervenções no “waterfront” destaca-se pelo apelo cultural e turístico, a exemplo da área de exposições Fiera di Genova e do Aquário, que em 2001 atraiu 1.234.000 visitantes.
- (5) Particularmente importantes para a eficácia das ações de requalificação do centro histórico genovês são os programas PRU – Programma di Riqualificazione Urbana, que, além de obras de urbanização recuperou e disponibilizou 21 edificações residenciais com mais de 100 unidades habitacionais, e o POI – Programma Organico de Intervenzione, também contemplando obras gerais de urbanização e disponibilizando 119 edificações residenciais, com mais de 300 unidades habitacionais. Para outras informações sobre projetos realizados, em curso e programados para o centro histórico e para a cidade, consultar os sites do laboratório de urbanismo idealizado por Renzo Piano (<http://www.genovaurbanlab.it>), da prefeitura da cidade (<http://www.comune.genova.it>) e da Região Ligúria (<http://www.regione.liguria.it>).
- (6) As informações dispostas aqui sobre essa área da cidade foram baseadas em documentos cedidos pelo departamento municipal de Gênova Território, Mobilidade, Desenvolvimento Econômico e Ambiental, além do uso dos dados censitários de 1991 e 2001 e informações referentes à população e ao fluxo turístico em 2008 provenientes dos anuários estatísticos municipais.
- (7) Diz-se meridional para referir-se aos habitantes das regiões do sul.
- (8) Além de entrevistas que realizei, também consultei as atas dos encontros promovidos entre moradores, usuários do centro histórico e funcionários da prefeitura encarregados de mapear a situação da região e envolver a população em projetos para melhoria dos bairros centrais.

- (9) Dado de 31/12/2000, cedido pela Prefeitura. De acordo com dados do anuário estatístico de Gênova, a população dos distritos do centro histórico perfazia em 2008 um total de 23.542 habitantes, o que confirma a estabilidade dos moradores na área.
- (10) De acordo com o censo de 2001, a população total de Gênova passou de 678.771 em 1991 para 610.307 habitantes em 2001 e 611.204 em 2008.
- (11) Dados do anuário estatístico de Gênova.
- (12) Além do URBAN, outras iniciativas foram criadas para o mesmo período e financiadas pelos fundos estruturais: a INTERREG para a promoção do desenvolvimento e cooperação transfronteiriça, a EQUAL contra as desigualdades de qualquer natureza relacionadas com o mercado de trabalho e para o incentivo da integração social e profissional dos requerentes de asilo, e a LEADER para diversificar as atividades econômicas em território agrícola.
- (13) O URBAN 1 envolveu 118 áreas urbanas de cidades europeias, 900 milhões de euros e atingiu 3 milhões de pessoas.
- (14) O termo *drop-in* caracteriza um tipo de estrutura extremamente acessível e sem grandes exigências para acolhimento de adultos em dificuldade. Em geral, esse sistema é voltado para dependentes químicos, sendo parte integrante de uma política de redução de danos, mas nos últimos anos algumas estruturas deste tipo começaram a acolher pessoas que não têm problemas de dependência química, mas que se encontram em condições precárias como falta de moradia fixa, imigrantes clandestinos e refugiados. As ações em um *drop-in* podem variar desde a distribuição de seringas descartáveis para dependentes de drogas injetáveis; pode ser um lugar com uma abertura maior, permitindo, por exemplo, que moradores de rua tomem banho, vistam-se, alimentem-se ou simplesmente tenham um espaço temporário para dormir ou ainda pode encaminhar os usuários para outros serviços sociais.
- (15) O Gueto é conhecido também pela forte presença de prostitutas e, principalmente, travestis, que, pela proximidade com a zona portuária, há décadas adotaram o bairro como espaço de trabalho e moradia. Com a redução das atividades comerciais do porto e a reconversão das estruturas portuárias mais próximas ao bairro para uso urbano, muitos travestis se transferiram para outros bairros, mas alguns resistem e constituem um grupo com interlocução com o poder público.
- (16) Refiro-me aqui especialmente ao Programa Monumenta, desenvolvido pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - com recursos do BID para a reabilitação de centros históricos brasileiros.
- (17) Mesmo após grandes investimentos feitos nos últimos anos na recuperação do centro histórico de Salvador, por exemplo, a animação turística e o interesse do mercado pelo centro histórico baiano atualmente tem sido sustentado a duras penas e às custas de policiamento ostensivo e muitos investimentos públicos (ver Kara-José, 2007 e Wipfli, 2001)
- (18) Ennio Poleggi é historiador dedicado ao estudo da cidade genovesa, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Gênova e principal responsável pela inclusão de um conjunto de edificações genovesas, os Palazzi dei Rolli, na lista de Patrimônio Mundial da Unesco. Concedeu entrevista à autora em 2008.

## Referências

- ANNUARIO STATISTICO 2005. Città di Genova. Comune di Genova. Unità Organizzativa Statistica. Genova, Erredi Grafiche Editoriali.
- ANNUARIO STATISTICO 2006. Città di Genova. Comune di Genova. Unità Organizzativa Statistica. Genova, Erredi Grafiche Editoriali.
- ARANTES, O. (2009). “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In: ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro, Vozes.
- BORJA, J. e CASTELLS, M. (1996). As Cidades como Atores Políticos. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 45, pp.152-162.
- CAMPOS NETO, C. M. e SOMEKH, N. (2005). *Desenvolvimento Local e Projetos Urbanos*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos>. Acesso em 1/8/2009.
- CERVELLATI, P. L. e SCANNAVINI, R. (1973). “Bolonha: por que o centro histórico? Política e Metodologia”. In: FORTI, R. (org.) (1979) *Marxismo e Urbanismo Capitalista*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- COBOS, E. P. e DE LA TIJERA, D. S. (2006). *La Ciudad Incluyente: un proyecto democrático para el distrito federal*. México, D.F., Editorial Oceano de México e Opción de Izquierda Metropolitana.
- DELGADO, M. (2007). *La Ciudad Mentirosa: fraude y miséria del ‘modelo Barcelona’*. Madrid, Catarata.
- GABRIELLI, B. e BOBBIO, R. (orgs). (2005). Genova, um piano strategico di natura operativa e i suoi esiti. *Urbanistica*. Rivista quadrimestrale. Roma, LVII n. 126 serie storica, pp. 56-62.
- GAZZOLA, A. (2003). *Trasformazioni Urbane: società e spazi di Genova*. Napoli, Liguori Editore.
- GONDIM, L. M. P. (2007). *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo, Annablume.
- GOTTDIENER, M. (1993). *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo, Edusp.
- HARVEY, D. (1994). *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- KARA-JOSÉ, B. (2007). *Políticas Culturais e Negócios Urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do centro histórico de São Paulo 1975-2000*. São Paulo, Fapesp/Annablume.
- La Conservazione e la Tutela del Patrimonio Storico nel Centro: bilancio del passato e considerazioni per il futuro*. Disponível em [http://psc.comune.bologna.it/qc\\_cd/volume4/Vol4\\_conservazione\\_e\\_tutela\\_patrimonio\\_storico.pdf](http://psc.comune.bologna.it/qc_cd/volume4/Vol4_conservazione_e_tutela_patrimonio_storico.pdf). Acesso em: 1/7/2010.
- LEITE, R. P. (2004). *Contra-Usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, Aracaju/SE, Editora UFS.
- PEIXOTO, P. (2009). “Requalificação Urbana”. In: FORTUNA, C. e LEITE, R. P. (orgs.). *Plural de Cidades*. Portugal, Almedina e CES.
- SÁNCHEZ, F. (2003). *A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial*. Chapecó, Argos.
- WIPFLI, M. (2001). *Intervenções Urbanas em Centros Históricos. Estudo de caso: cidade de Salvador*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP.

Texto recebido em 22/ago/2010

Texto aprovado em 7/set/2010

